



EDUCAÇÃO, INTERSETORIALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA: O PAPEL DO PTPA NA INCLUSÃO SOCIAL

EDUCATION, INTERSECTORALITY, AND PUBLIC SAFETY: THE ROLE OF PTPA IN SOCIAL INCLUSION

EDUCACIÓN, INTERSECTORIALIDAD Y SEGURIDAD PÚBLICA: EL PAPEL DEL PTPA EN LA INCLUSIÓN SOCIAL

Tatiane Alves Baptista¹, Clara Santos Garcia², Júlia Barros Cruz³

DOI: 10.54899/dcs.v22i79.142

Recibido: 17/01/2025 | Aceptado: 07/02/2025 | Publicación en línea: 18/02/2025.

RESUMO

Este artigo analisa o papel da educação como instrumento de ascensão social e segurança pública no Brasil, com ênfase no Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA). O estudo parte da premissa de que a educação, embora historicamente defendida como caminho para a mobilidade social, enfrenta desafios estruturais que limitam seu impacto em territórios vulneráveis, onde a violência e a exclusão escolar são fatores determinantes da desigualdade. Fundamentado em autores como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, o artigo destaca que a eficácia da educação depende das condições concretas de acesso e permanência dos grupos historicamente marginalizados. O objetivo central do estudo é compreender por que o PTPA é percebido como uma política de segurança pública por seus beneficiários, avaliando sua relevância para a proteção social e a redução da vulnerabilidade juvenil. A pesquisa qualitativa permite aprofundar a análise das experiências dos adolescentes atendidos pelo programa e suas famílias, evidenciando que a intersectorialidade – ao integrar educação, qualificação profissional e suporte social – amplia as oportunidades de inclusão social e combate os efeitos da criminalização da pobreza. Como principal conclusão, o artigo reforça que iniciativas como o PTPA demonstram o potencial da intersectorialidade na formulação de políticas públicas eficazes. Ao articular diferentes setores – educação, segurança e assistência social –, o programa não apenas previne a evasão escolar e a exposição à violência, mas também cria trajetórias concretas de inclusão produtiva. Dessa forma, a expansão do PTPA pode representar um modelo para políticas públicas que reconheçam a complexidade das desigualdades sociais e atuem de maneira integrada para promover a cidadania e a segurança em territórios vulneráveis.

Palavras-chave: Educação. Segurança Pública. Intersectorialidade. Inclusão Social.

¹ Pós-Doutora em Políticas Públicas pelo Laboratoire Interdisciplinaire Sciences Innovations Sociétés (LISIS), Paris, França. E-mail: tatianebuerj@gmail.com

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: clarasgarcia@gmail.com

³ Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: juliabarros.h@gmail.com

ABSTRACT

This article analyzes the role of education as an instrument of social mobility and public safety in Brazil, with an emphasis on the Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA – Program for Protected Work in Adolescence). The study is based on the premise that education, although historically advocated as a pathway to social mobility, faces structural challenges that limit its impact in vulnerable territories, where violence and school exclusion are key determinants of inequality. Drawing on authors such as Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, and Paulo Freire, the article emphasizes that the effectiveness of education depends on the concrete conditions of access and permanence for historically marginalized groups. The central objective of the study is to understand why the PTPA is perceived as a public safety policy by its beneficiaries, evaluating its relevance for social protection and reducing youth vulnerability. Qualitative research allows for an in-depth analysis of the experiences of adolescents served by the program and their families, highlighting that intersectorality – by integrating education, professional qualification, and social support – enhances opportunities for social inclusion and combats the effects of the criminalization of poverty. As a key conclusion, the article underscores that initiatives like the PTPA demonstrate the potential of intersectorality in designing effective public policies. By coordinating different sectors – education, security, and social assistance – the program not only prevents school dropout and exposure to violence but also creates concrete pathways for productive inclusion. Thus, the expansion of the PTPA could represent a model for public policies that recognize the complexity of social inequalities and act in an integrated manner to promote citizenship and safety in vulnerable territories.

Keywords: Education and Public Safety. Intersectorality. Social Inclusion.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de la educación como instrumento de ascenso social y seguridad pública en Brasil, con énfasis en el Programa de Trabajo Protegido en la Adolescencia (PTPA). El estudio parte de la premisa de que la educación, aunque históricamente defendida como camino hacia la movilidad social, enfrenta desafíos estructurales que limitan su impacto en territorios vulnerables, donde la violencia y la exclusión escolar son factores determinantes de la desigualdad. Basándose en autores como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro y Paulo Freire, el artículo destaca que la eficacia de la educación depende de las condiciones concretas de acceso y permanencia de los grupos históricamente marginados. El objetivo central del estudio es comprender por qué el PTPA es percibido como una política de seguridad pública por sus beneficiarios, evaluando su relevancia para la protección social y la reducción de la vulnerabilidad juvenil. La investigación cualitativa permite un análisis profundo de las experiencias de los adolescentes atendidos por el programa y sus familias, evidenciando que la intersectorialidad –al integrar educación, calificación profesional y apoyo social– amplía las oportunidades de inclusión social y combate los efectos de la criminalización de la pobreza. Como principal conclusión, el artículo refuerza que iniciativas como el PTPA demuestran el potencial de la intersectorialidad en la formulación de políticas públicas eficaces. Al articular diferentes sectores –educación, seguridad y asistencia social–, el programa no solo previene el abandono escolar y la exposición a la violencia, sino que también crea trayectorias concretas de inclusión productiva. De esta manera, la expansión del PTPA puede representar un modelo para políticas públicas que reconozcan la complejidad de las desigualdades sociales y actúen de manera integrada para promover la ciudadanía y la seguridad en territorios vulnerables.

Palabras clave: Educación y Seguridad Pública. Intersectorialidad. Inclusión Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Embora a base fundamental e legal da educação no Brasil seja o direito constitucional de cada cidadão à formação básica e crítica, no sentido do seu desenvolvimento intelectual e técnico, o acesso à educação de qualidade tem sido tradicionalmente visto como um instrumento de ascensão social, especialmente para segmentos em situação de exclusão social, a partir de uma promessa de integração por meio do mercado de trabalho.

Essa tese é sustentada por estudiosos como Florestan Fernandes, que enfatiza a importância da educação para a mobilidade social em sociedades marcadas pelo racismo estrutural e pela desigualdade, e por Darcy Ribeiro, que denuncia o caráter excludente do sistema educacional brasileiro e sua função na reprodução das elites. Além disso, autores como Anísio Teixeira e Paulo Freire argumentam que a educação pode ser um instrumento de emancipação, desde que esteja atrelada a um projeto de democratização do conhecimento e de superação das barreiras estruturais impostas pela sociedade. Assim, embora a educação seja frequentemente apresentada como um caminho para a ascensão social, sua eficácia nesse sentido depende das condições concretas de acesso e permanência dos grupos historicamente marginalizados no sistema de ensino.

Todavia, em regiões marcadas pela violência e pobreza, como as favelas e periferias, o papel da educação transcende tais funções assumindo, também, um papel de proteção social e de segurança pública.

O Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA), desenvolvido em parceria pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), apresenta-se como uma política intersetorial potencial, uma vez que combina educação, trabalho protegido e apoio social. Este artigo busca analisar o impacto do PTPA como uma política pública de segurança, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, considerando as perspectivas dos adolescentes atendidos e de seus responsáveis.

O principal objetivo deste estudo é explorar três questões centrais: por que o PTPA

enquanto programa de qualificação é percebido por seu público-alvo como uma política de segurança pública? Qual a importância de expandir esse projeto, transformando-o em uma política intersetorial mais abrangente? E, por fim, como a educação pode atuar como matriz eficaz para a segurança pública no contexto do Rio de Janeiro? Para tal, foi realizada uma análise documental sobre o programa e suas diretrizes, além da revisão de literatura acadêmica relacionada à educação, segurança e intersetorialidade.

A metodologia utilizada neste estudo é predominantemente qualitativa, alinhando-se às vantagens destacadas por Regina Novaes (2006), que aponta que as abordagens qualitativas permitem uma compreensão aprofundada das práticas sociais, das representações e dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências. Segundo Novaes, a metodologia qualitativa é especialmente útil para captar as dinâmicas culturais e sociais que escapam a análises exclusivamente quantitativas, permitindo um olhar mais detalhado sobre as particularidades de contextos complexos, como os enfrentados por jovens em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, a escolha pela metodologia qualitativa neste trabalho reflete a necessidade de compreender o impacto subjetivo e social do PTPA sobre os adolescentes atendidos e seus responsáveis, bem como as relações entre educação, segurança pública e inclusão social em territórios marcados pela desigualdade.

ASCENSÃO SOCIAL E TEORIA DO CAPITAL HUMANO

O conceito de capital humano, amplamente discutido na literatura educacional, refere-se à ideia de que a educação e a qualificação são investimentos que aumentam a produtividade e o valor do indivíduo no mercado de trabalho (Becker, 1964). Esse conceito, como observa Coleman (1988), também desempenha um papel na criação de redes sociais que fortalecem a coesão comunitária e ampliam as oportunidades individuais. Para Becker (1964), o capital humano é formado pelos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas ao longo da vida, especialmente por meio da educação formal. Esse conceito foi expandido em diferentes áreas, sendo que, na educação brasileira, autores como Maria Ciavatta (2009) discutem a relevância de uma formação ampla e crítica que considere as especificidades dos sujeitos inseridos em contextos de desigualdade social.

Ciavatta (2009) alerta para os limites do conceito de capital humano quando desvinculado das questões sociais e culturais que afetam os jovens em situação de vulnerabilidade. A autora

destaca que a formação educacional deve incluir dimensões críticas e humanas, que transcendam a mera preparação para o mercado de trabalho. Segundo a autora, a educação deve ir além da formação de mão de obra para o mercado, promovendo o desenvolvimento integral do indivíduo como cidadão crítico e ativo na transformação social. Essa perspectiva está alinhada às contribuições de Luis Antônio Cunha (2005), que destaca o papel da educação na promoção da equidade e na superação das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira.

A ascensão social por meio da educação é compreendida, nesses marcos teóricos, como um processo que não se limita à melhoria das condições econômicas dos indivíduos, mas que também promove a emancipação cultural e política. Para Cunha, a democratização do acesso à educação de qualidade é uma condição essencial para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse sentido, programas como o PTPA são fundamentais para garantir não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também para fomentar a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos. A teoria do capital humano, proposta por Becker (1964), sustenta que investimentos em educação e treinamento geram produtividade e mobilidade social. Coleman (1988) enfatiza que a educação não apenas capacita o indivíduo, mas também fortalece a coesão social, promovendo redes de apoio que são cruciais para a ascensão social. No contexto brasileiro, programas como o PTPA, voltados para populações em situação de vulnerabilidade, têm o potencial de mitigar desigualdades ao oferecer oportunidades de formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, há desafios significativos à implementação efetiva de tais iniciativas em áreas de vulnerabilidade. Estudos indicam que jovens em situação de pobreza frequentemente enfrentam barreiras estruturais — como falta de infraestrutura educacional e violência urbana — que limitam suas trajetórias de ascensão social (IPEA, 2021). Assim, o PTPA não só promove o desenvolvimento do capital humano, mas também contribui para criar um ambiente protegido onde os jovens podem desenvolver suas potencialidades com segurança.

Diante do exposto, é possível afirmar que a teoria do capital humano oferece uma importante perspectiva para compreender a relação entre educação e ascensão social. No entanto, como apontado por autores como Ciavatta (2009) e Cunha (2005), essa teoria não pode ser analisada isoladamente das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. O investimento em educação deve ir além da formação técnica e instrumental, promovendo também a emancipação social e política dos indivíduos. Programas como o PTPA demonstram a relevância de políticas públicas voltadas para populações em situação de vulnerabilidade,

garantindo não apenas a inserção profissional, mas também o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas educacionais contemplem as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento dos jovens em contextos de vulnerabilidade. A ascensão social por meio da educação não se limita ao acúmulo de competências e habilidades para o mercado de trabalho, mas requer um ambiente institucional que ofereça suporte adequado, desde infraestrutura escolar até mecanismos de proteção social. A experiência do PTPA reforça a necessidade de um olhar intersectorial sobre a educação, articulando diferentes dimensões da formação humana para superar os desafios impostos pelas desigualdades sociais.

Nesse sentido, embora a educação seja um fator central para a mobilidade social, sua eficácia depende diretamente das condições concretas de acesso, permanência e qualidade do ensino ofertado. Para que o potencial emancipador da educação se concretize, é imprescindível que o Estado e a sociedade civil fortaleçam políticas que garantam o direito à educação de forma equitativa e transformadora, admitindo seus limites concretos, sendo a violência urbana um agravante incontestado.

VIOLÊNCIA URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL

Dados do Atlas da Violência 2021 (IPEA) revelam que o Brasil registrou mais de 45 mil homicídios em 2019, sendo que 77% das vítimas eram jovens negros entre 15 e 29 anos. Em territórios vulneráveis, como favelas e periferias, a violência é exacerbada pela ausência de políticas sociais integradas e pela exclusão escolar. Segundo a UNICEF (2022), cerca de 48% dos adolescentes que abandonaram os estudos o fizeram para trabalhar, evidenciando a precariedade das condições socioeconômicas dessas famílias.

O amplo debate sobre as favelas e suas condições sociais destaca como esses territórios são estigmatizados e, muitas vezes, criminalizados. Segundo Milton Santos (2001), as favelas são vistas não apenas como espaços de moradia precária, mas também como territórios marcados por uma leitura preconceituosa que associa seus moradores à criminalidade. Essa leitura contribui para a formulação de políticas públicas baseadas na repressão, em vez de promover soluções estruturais que enfrentem as desigualdades sociais que originam a violência.

A "criminalização da pobreza", conceito amplamente debatido na literatura de serviço social por autores como Iamamoto (1999), descreve como as estruturas de controle social

reforçam estigmas que associam pobreza a criminalidade, legitimando intervenções repressivas em territórios vulneráveis. Segundo a autora, esse fenômeno também marginaliza as demandas sociais por direitos e perpetua práticas que privilegiam soluções punitivas. Segundo Iamamoto, essa relação não apenas reforça a exclusão social, mas também dificulta a construção de políticas que promovam direitos humanos e a inclusão social.

Essa abordagem é amplamente discutida por autores que analisam os direitos humanos e as dinâmicas territoriais nas favelas. Wacquant (2001) alerta para a "criminalização da pobreza", que reforça a marginalização desses espaços por meio de intervenções policiais violentas e da ausência de políticas sociais consistentes. Essas práticas perpetuam um ciclo de exclusão que afeta diretamente os jovens que vivem nesses territórios.

Ao mesmo tempo, a visão de territórios vulneráveis como espaços de resistência e criatividade também emerge no debate acadêmico. Santos (2001) argumenta que as favelas, apesar de estigmatizadas, representam territórios vivos de produção cultural e criação de redes de solidariedade que muitas vezes desafiam as narrativas dominantes de violência e exclusão. Santos (2001) destaca que, apesar das adversidades, as favelas são “local” de produção cultural e de redes de solidariedade que desafiam a narrativa dominante de violência. Contudo, para que esses potenciais sejam plenamente desenvolvidos, é necessário um comprometimento do Estado em garantir direitos básicos, como educação e saúde, além de políticas de urbanização inclusiva.

Programas como o PTPA, que oferecem oportunidades educacionais e de trabalho protegido, demonstram como intervenções sociais eficazes podem contribuir para reverter esse ciclo, criando condições mais justas para populações vulneráveis. A perspectiva de Iamamoto reforça que apenas por meio da implementação de políticas públicas integradas é possível combater a violência estrutural e promover a cidadania plena em territórios marginalizados.

Diante da complexidade da violência urbana e de sua relação com a desigualdade social, é evidente que a criminalização da pobreza reforça estigmas e dificulta a implementação de políticas eficazes para enfrentar esse problema. Como apontado por Iamamoto (1999) e Wacquant (2001), a marginalização de territórios vulneráveis por meio de práticas repressivas não apenas aprofunda a exclusão social, mas também inviabiliza o desenvolvimento de soluções estruturais que promovam direitos e inclusão. A leitura preconceituosa das favelas como espaços de criminalidade, conforme argumenta Milton Santos (2001), precisa ser superada por políticas públicas que reconheçam esses territórios como espaços legítimos de vida, cultura e resistência.

Para tanto, a adoção de políticas sociais integradas, que garantam acesso à educação,

saúde e oportunidades de trabalho digno, é essencial para romper com esse ciclo de exclusão. Dados do Atlas da Violência (IPEA, 2021) e da UNICEF (2022) evidenciam que a precariedade socioeconômica é um fator determinante para a evasão escolar e para a vulnerabilidade de jovens negros à violência. Nesse contexto, o Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA) demonstra a importância de iniciativas que criem alternativas reais para essa juventude, permitindo que possam construir trajetórias seguras e dignas, longe das armadilhas da exclusão social.

Compreender a violência urbana como um reflexo da desigualdade estrutural impõe a necessidade de uma reavaliação profunda das políticas de segurança pública e das estratégias de desenvolvimento social no Brasil. A superação da violência não passa apenas pelo enfrentamento direto ao crime, mas pela ampliação de oportunidades e pela garantia de direitos fundamentais à população das periferias. Somente com um compromisso efetivo do Estado e da sociedade civil será possível transformar os territórios vulneráveis em espaços de pleno exercício da cidadania, onde a educação e a cultura sejam instrumentos reais de emancipação e inclusão social mediados por ações intersetoriais.

POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSETORIALIDADE

Como base empírica deste estudo, tomou-se como referência relatos extraídos de atividades de pesquisa-ação no âmbito do PTPA ao longo de 2023. Nestas oficinas responsáveis expuseram suas percepções acerca do PTPA afirmando que um dos seus maiores ativos é justamente o fato de ser um espaço de formação e de atividades socioocupacionais realizadas no contraturno escolar, ampliando o tempo dos jovens adolescentes em espaços protegidos.

Os relatos dos responsáveis evidenciam que o PTPA é percebido como um espaço de proteção e segurança para os adolescentes, especialmente em territórios vulneráveis marcados pela violência urbana. Como destacado por Isabela Gomes de Macedo, mãe solo. Para ela o programa representa uma oportunidade que ela própria não teve e que busca garantir para seus filhos, demonstrando que a inserção no PTPA é vista como uma forma de evitar que os jovens sejam expostos a riscos sociais.

A ausência de estruturas comunitárias seguras e a impossibilidade dos responsáveis estarem presentes constantemente tornam o PTPA uma alternativa essencial para evitar que os adolescentes sejam cooptados por atividades ilícitas ou expostos a situações de risco. Dessa

forma, os responsáveis enxergam o programa não apenas como um espaço de qualificação profissional, mas como um mecanismo fundamental de segurança pública.

Além disso, o PTPA se destaca como um dispositivo de segurança ao garantir que os adolescentes permaneçam inseridos em um ambiente estruturado, supervisionado e repleto de oportunidades. Muitos responsáveis, ocupados com o trabalho e impossibilitados de acompanhar seus filhos em tempo integral, depositam no programa a esperança de um futuro mais seguro e promissor para eles. Ao oferecer acolhimento, suporte emocional e orientação profissional, o PTPA assume um papel que vai além da formação técnica, promovendo um senso de pertencimento e estabilidade que protege os jovens de caminhos inseguros. Assim, fica evidente que os responsáveis enxergam no PTPA não apenas um projeto educacional, mas uma estratégia eficaz de proteção social e segurança para seus filhos.

O **Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA)** é amplamente reconhecido pelos responsáveis como um mecanismo essencial de **proteção social e segurança pública** para seus filhos. As declarações dos pais e responsáveis evidenciam que o programa vai além da qualificação profissional, atuando diretamente na prevenção da vulnerabilidade juvenil e da exposição ao crime. Muitos responsáveis destacam que, ao oferecer uma estrutura segura para os adolescentes no contraturno escolar, o PTPA impede que os jovens fiquem expostos a influências negativas nas comunidades onde vivem, muitas delas marcadas pela violência e pela ausência de políticas públicas eficazes. Como destaca uma das mães participantes da oficina com os responsáveis, **"nós vivemos de comunidade, sabemos o quanto é difícil um garoto de 15 anos estar aqui, porque muitos não têm oportunidade mesmo de estar"** (BAPTISTA, LIMA, FRÓES, 2024, p.158). Esse depoimento evidencia que o programa não é apenas uma oportunidade de inserção profissional, mas também uma estratégia de proteção social, garantindo que esses jovens permaneçam em um ambiente seguro e promissor.

A **dimensão intersetorial** do PTPA também é reforçada pelos responsáveis, que reconhecem a importância do suporte **psicológico, social e educacional** oferecido pelo programa. A presença de psicólogos e assistentes sociais garante um acompanhamento mais aprofundado, permitindo que os adolescentes desenvolvam não apenas habilidades técnicas para o mercado de trabalho, mas também competências emocionais e sociais que os fortalecem diante das dificuldades da vida. Nesse sentido, um dos responsáveis aponta que **"se o PTPA me tirou da depressão, pode ajudar um adolescente a sair do tráfico"** (BAPTISTA, LIMA, FRÓES, 2024, p.19), demonstrando o impacto da dimensão acolhedora do programa. Além disso, um

adolescente atendido pelo PTPA destaca que tenta conscientizar outros jovens sobre a importância do programa, reforçando que **"tem muitos adolescentes por aí 'perdidos no mundo' porque não tiveram essa oportunidade ou conhecimento do PTPA"** (BAPTISTA, LIMA, FRÓES, 2024, p.19). Esses relatos evidenciam que a intersectorialidade do PTPA não se restringe apenas à formação profissional, mas envolve um suporte mais amplo, que fortalece os jovens emocionalmente e os distancia de situações de risco.

Por fim, os depoimentos revelam que o PTPA exerce um papel protetivo não apenas para os adolescentes, mas também para suas famílias, oferecendo um **respiro para pais e responsáveis** que enfrentam jornadas exaustivas de trabalho. Muitos expressam gratidão pelo fato de saberem que seus filhos estão em um ambiente seguro, onde recebem orientação, apoio e oportunidades concretas de mudança de vida. Uma mãe participante da oficina afirma que **"o PTPA é um recurso de política de segurança"**, destacando que, sem essa estrutura, seu filho poderia estar vulnerável à violência urbana na ausência dos pais (BAPTISTA, LIMA, FRÓES, 2024, p.158). Além de representar um espaço de qualificação e cidadania, o programa cumpre um papel essencial na **redução das vulnerabilidades sociais**, ao garantir que os adolescentes tenham perspectivas reais de futuro, longe da marginalização e da violência.

A intersectorialidade, como destacado por autores como Cavalcanti (2013), é fundamental para o enfrentamento de problemas sociais complexos. O autor ressalta que essa abordagem permite um planejamento integrado e colaborativo, essencial para políticas que enfrentam desafios multidimensionais, como a desigualdade social. Ao integrar diferentes setores — saúde, educação, segurança e assistência social —, é possível abordar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social de forma mais abrangente. Segundo Weiss (1999), uma abordagem intersectorial em políticas públicas permite uma análise mais holística dos problemas, aumentando a eficiência e a eficácia das intervenções.

Um dos principais benefícios da intersectorialidade está relacionado à otimização de recursos e à redução de custos para o Estado. Ao promover a colaboração entre setores, evita-se a sobreposição de esforços e garante-se uma alocação mais eficiente dos recursos. Segundo Bardach (1998), políticas que incentivam parcerias intersectoriais tendem a gerar resultados mais sustentáveis e a promover maior impacto nas condições de vida da população.

No âmbito do PTPA, a intersectorialidade é aplicada através de parcerias com empresas privadas e órgãos públicos, que oferecem estágios remunerados e formação profissional aos jovens. Essa articulação não apenas protege os adolescentes da violência, mas também amplia

suas perspectivas de futuro, promovendo trajetórias de inclusão social e produtiva.

Além disso, as teorias de avaliação de políticas públicas apontam que a intersectorialidade gera impacto não apenas social, mas também econômico. Pressman e Wildavsky (1984) enfatizam que a integração entre setores reduz gargalos administrativos e acelera a implementação das ações, o que é essencial para enfrentar os desafios impostos por contextos de alta desigualdade social.

Programas como o Bolsa Família e o Programa Saúde na Escola ilustram como a articulação intersectorial aumenta a capacidade do Estado de responder às necessidades da população, promovendo inclusão e prevenindo problemas sociais mais complexos. Bardach (1998) reforça que a coordenação entre setores não apenas melhora os resultados sociais, mas também reduz desperdícios e custos administrativos. Esses exemplos reforçam a necessidade de expandir iniciativas como o PTPA, garantindo que os jovens em situação de vulnerabilidade não apenas sejam protegidos da violência, mas também tenham acesso a trajetórias de desenvolvimento e emancipação social. A intersectorialidade, como destacado por autores como Cavalcanti (2013), é fundamental para o enfrentamento de problemas sociais complexos. Ao integrar diferentes setores — saúde, educação, segurança e assistência social —, é possível abordar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social de forma mais abrangente. Exemplos bem-sucedidos incluem o Programa Bolsa Família, que vincula transferências de renda à educação e à saúde, e o Programa Saúde na Escola, que trata de questões como alimentação saudável e prevenção de violência escolar.

No âmbito do PTPA, a intersectorialidade é aplicada através de parcerias com empresas privadas e órgãos públicos, que oferecem estágios remunerados e formação profissional aos jovens. Essa articulação não apenas protege os adolescentes da violência, mas também amplia suas perspectivas de futuro, promovendo trajetórias de inclusão social e produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA) destaca-se como uma iniciativa fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais e no fortalecimento da segurança pública, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade. Ao integrar educação, trabalho protegido e apoio social, o programa não apenas cria oportunidades concretas de inserção no mercado de trabalho, mas também atua como um mecanismo eficaz de prevenção

à violência e de promoção da cidadania plena.

Os pontos deste artigo residem na demonstração de como políticas públicas intersetoriais, como o PTPA, podem mitigar a exclusão social e oferecer alternativas reais a jovens expostos à violência estrutural. A análise qualitativa permitiu compreender as percepções dos adolescentes e de seus responsáveis, evidenciando a relevância do programa como um espaço de proteção e emancipação. Além disso, o artigo destaca como a intersetorialidade e a educação integrada podem ser alavancas poderosas para a transformação social.

No entanto, para que políticas como o PTPA alcancem maior efetividade, algumas melhorias podem ser consideradas. Primeiro, é fundamental ampliar o alcance do programa para incluir um maior número de jovens, especialmente aqueles que estão fora da escola ou em situação de vulnerabilidade extrema. Em segundo lugar, o fortalecimento das parcerias intersetoriais deve ser priorizado, assegurando uma maior coordenação entre saúde, educação, assistência social e segurança pública. Por fim, é essencial que haja um investimento contínuo em monitoramento e avaliação das políticas implementadas, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os objetivos sejam alcançados com transparência e impacto duradouro.

A expansão do PTPA e de programas similares pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reafirmando o compromisso do Estado com a proteção social e os direitos humanos. Este artigo espera contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas públicas intersetoriais que promovam a inclusão social e combatam a violência, oferecendo caminhos concretos para a implementação de soluções estruturais. O Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA) representa um exemplo poderoso de como políticas intersetoriais podem promover segurança pública e inclusão social simultaneamente. Ao integrar educação, trabalho protegido e apoio social, o programa não apenas oferece alternativas concretas para a juventude em situação de vulnerabilidade, mas também atua como uma medida preventiva contra a violência urbana. Este estudo reforça a importância de expandir políticas como o PTPA, que enfrentam as desigualdades estruturais de forma integrada e promovem o desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, T.; LIMA, R.; FRÓES, R. **Feito Coletivo, Histórias, Narrativas e Memórias do Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA)**. 2024.

- BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BARDACH, E. **Getting Agencies to Work Together: The Practice and Theory of Managerial Craftsmanship**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1998.
- COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, 1988.
- CIAVATTA, M. **A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 1293-1316, 2009.
- CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2005.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Zahar, 1975.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 1999.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2021**. Brasília: IPEA, 2021.
- MILTON, S. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- NOVAES, R. **Pesquisa Qualitativa e Juventude: contribuições para um debate**. In: SPOSITO, M. P. (Org.). *Juventude e Sociabilidade: desafios teóricos e empíricos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.
- PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. **Implementation: How Great Expectations in Washington are Dashed in Oakland**. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 1984.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TEIXEIRA, A. **Educação não é Privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na educação**. Brasília: UNICEF, 2022.
- WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WEISS, C. H. **Evaluation: Methods for Studying Programs and Policies**. 2. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1999.